

## DO NÓS PARA O EU

Paulo Vitor de Souza Pinto<sup>1</sup>

Pensar um projeto de pesquisa desde a iniciação científica até os estudos pós-doutorais é sempre uma oportunidade significativa de grande aprendizado, seja ele acadêmico, quando adentramos no universo teórico do objeto de pesquisa, quando fazemos o levantamento do estado da arte, quando montamos o referencial teórico, quando levantamos hipóteses, quando pensamos métodos e metodologias, enfim. Enquanto nos reduzimos aos aspectos fundamentais e por vezes necessários de um projeto de pesquisa. Por outro lado, é possível conceber a ideia de um aprendizado pessoal, de construção do eu pesquisador, ou do eu pesquisadora.

Neste ensaio, quero aumentar o volume da voz. Não de uma voz qualquer, mas da voz daquele, daquela, daqueles e daquelas que estão ocultos, ou até escondidos na impessoalidade das produções acadêmicas. (BLOCH 2001) já nos fazia refletir sobre a necessidade de não retirarmos do nosso ofício de historiador a poesia que dele emana.

Aumentar o volume da voz da pessoa que está oculta, é necessariamente convidar a repensarmos a questão da impessoalidade em nossos textos. Quando, ainda em nossos projetos de pesquisa, selecionamos o nosso objeto, não somos impessoais. Quando realizamos o levantamento do estado da arte, nós não somos impessoais. Quando definimos nossos objetivos, não somos impessoais. Quando selecionamos as fontes não somos impessoais. Então por qual motivo devemos manter a impessoalidade em uma produção que é composta pela personalidade, pelas dores, pelas lágrimas, pelos sorrisos pelos gozos do seu criador ou da sua criadora?

A princípio, (CERTEAU 2020) dá uma resposta plausível para a questão da impessoalidade na escrita acadêmica. Principalmente quando aborda o lugar social enquanto um lugar de produção. Pois bem. Pensemos, pois, que este lugar social que chamamos de academia, reconhecido entre os pares enquanto o lugar de produção do conhecimento científico, é composto, organizado e estruturado por seus próprios pares.

E, no intuito de produzir um texto que seja aceito e reconhecido pelos pares, seguimos o mesmo e quase eterno ciclo vicioso da impessoalidade. A primeira pessoa do singular é necessariamente sucumbida pela primeira pessoa do plural. Essa convenção do termo “nós” enquanto uma convenção que legitima em algum nível as produções acadêmicas, acaba por

---

<sup>1</sup> Universidade de São Paulo (USP)

obrigar que o “eu” que é parcial, que é humano, fique obrigado a se ocultar. Caso contrário, está sujeito ou sujeita a ter o seu texto, visto como marginal, reprovável e até, não publicável.

A utilização do pronome pessoal reto na primeira pessoa do plural, acaba por conferir legitimidade ao texto que será avaliado pelos pares. Enquanto o texto em que o autor ou a autora utiliza da primeira pessoa do singular, por mais magnífica que seja sua análise, por mais rigorosa que seja, acaba por recair no campo da marginalidade.

É dentro desse espectro, em que percebemos a importância de vivificar reflexões sobre a imparcialidade enquanto elemento nocivo. Digo nocivo não para a produção acadêmica, mas nocivo às pessoas que produzem os textos acadêmicos.

A própria prisão das normas de escrita acadêmica induz com que esse texto seja definido como ensaio, que é visto entre muitas aspas “como algo menor”. Enquanto essas palavras eram escritas o pensamento ainda se embaralhava ao tentar fugir dos padrões hegemônicos conferidos pelo “nós da academia”, ao qual também faço parte. Ou seja, esse ensaio, uma categoria de escrita acadêmica, tem um objetivo, fazer a autocrítica da própria forma como nós nos colocamos em nossos textos.

Desta forma, peço licença aos pares que avaliam este ensaio, para escrever em primeira pessoa do singular, uma vez que as palavras aqui escritas não são imparciais. São parciais na medida em que eu tomo partido de reconhecer e vivificar a autocrítica ao processo de apagamento da pessoa que escreve sucumbindo sobre um suposto “nós”, que se quer pode ter a oportunidade de vivenciar na pele as dificuldades individuais do processo de escrita.

Não quero aqui fazer uma autobiografia, mas mostrar como a inserção do “eu” na escrita acadêmica pode ser utilizado de forma teórico-metodológica. Em minha curta, porém vasta experiência como parecerista de 53 revistas científicas, nacionais e internacionais, algumas com grande reconhecimento entre todos nós pesquisadores e pesquisadoras, pude perceber o alvorecer deste novo movimento, a qual também faço parte.

Do movimento de um grupo ainda tímido de pesquisadores e pesquisadoras que destemidamente decidem por deixar o lugar do “nós” para assumir o lugar do “eu”. Ao longo dos mais de duzentos artigos científicos avaliados ao longo de minha carreira, pouquíssimos se aventuraram a assumir essa forma de escrita.

Sair do lugar do “nós” para assumir o lugar do “eu” parece ser algo simples, contudo, é algo complexo e que exige conhecimento dos elementos teóricos e metodológicos necessários para realizar tal empreitada. Para isso, é necessário a criação do imaginário social tal qual (CARVALHO 2017) o define, de um conjunto de práticas, de signos de táticas e formas que possibilite que o “eu” que escreve saia das páginas dedicadas à apresentação, e da introdução,

mas que sejam reconhecidas como categorias analíticas. O eu que escolhe o objeto de pesquisa tem um interesse, tem uma intenção. O método que eu utilizo tem um interesse e uma intenção. Mesmo que todos esses elementos sejam carregados por um processo formativo no qual o suposto “nós” participa, no final a escrita é propriedade do “eu”. Eu me sentei, eu li, eu pesquisei, eu escrevi. Mas tudo isso depois de um processo formativo reconhecido pelos pares, em que eu saí do espaço do nós, para ocupar o espaço do eu.

Nesse sentido. A nossa reflexão baseia-se na possibilidade de criarmos espaços para que esses pesquisadores e essas pesquisadoras possam florescer com suas ricas produções. Repensar as formas de escrita não é trazer prejuízo para a produção científica, é criar um canteiro fértil para as sementes que estão germinando.

## REFERÊNCIA

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O Ofício de Historiador*. 1ª edição. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: O imaginário da República no Brasil*. São Paulo : Companhia das Letras, 2017.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. 3ª edição. Tradução: Maria de Lourdes Meneses. Rio de Janeiro: Forense, 2020.